

Uma análise preliminar sobre a indústria de confecções do município de Goiânia-GO

Selma Maria da Silva¹

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar um panorama geral do perfil dos trabalhadores e da estrutura produtiva da indústria de confecções em Goiânia. Para tanto, é realizada uma revisão de literatura sobre modelos de gestão e organização do trabalho. Em seguida, apresenta-se uma visão geral da gestão e organização do trabalho na indústria de confecções no Brasil. Por último, faz-se uma análise empírica de dados secundários sobre a indústria de confecções em Goiânia-GO, mostrando um pouco do perfil socioeconômico e da estrutura produtiva do setor. A abordagem é quantitativa e os dados são do banco de dados da RAIS e do Censo. Os dados apresentados indicam que a indústria de confecções goiana apresenta as seguintes características: microempresas, predominância do gênero feminino, média qualificação, baixa remuneração.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, organização do trabalho, confecções.

Introdução

Esse texto é uma tentativa de iniciar a construção de minha pesquisa de doutoramento, e tem como objetivo apresentar um panorama geral do perfil dos trabalhadores e da estrutura produtiva da indústria de confecções em Goiânia. Inicialmente, discutimos à luz do referencial teórico, algumas concepções acerca dos modelos de gestão e organização do trabalho. Em seguida, apresentamos o referencial teórico de gestão e organização do trabalho no setor de confecções na perspectiva da sociologia do trabalho. Por último, apresentamos os resultados da pesquisa empírica sobre a indústria de confecções em Goiás, mais especificamente da indústria do município de Goiânia.

Destacamos que os dados empíricos são de fontes secundárias e constituem os primeiros dados levantados para o início da Tese. Como ponto de partida, os dados empíricos contribuíram para uma maior compreensão do setor, haja vista que foi possível demonstrar um panorama da estrutura econômica da indústria de confecções goiana e o perfil demográfico das pessoas envolvidas nas atividades do setor.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás – Goiânia. E-mail: profasms@hotmail.com

Metodologia

Utilizamos uma pesquisa bibliográfica para discutirmos sobre os modelos de gestão e organização do trabalho, para tanto, recorremos a autores como Harvey, Castells, Antunes dentre outros. Na discussão sobre a gestão e organização do trabalho na indústria de confecções no Brasil, apropriamos da teoria de autores como Leite, Abreu, Amorim, etc. A fonte de dados foram artigos, livros, teses, etc.

Quanto à abordagem do trabalho empírico, esta é quantitativa. Neste sentido, os dados da indústria de confecções de Goiânia têm como base as informações estatísticas da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Censo). Os dados da RAIS correspondem ao setor formal, e os do Censo englobam os dados do setor formal e informal.

Do taylorismo à reestruturação produtiva: as novas formas de gestão e organização do trabalho

O processo de reestruturação produtiva é uma consequência do modelo capitalista de produção do século XX. O primeiro modelo, denominado fordismo, teve origem nos EUA, em 1914, no âmbito da fábrica de automóveis da Ford. O impacto da aplicação desse modelo de gestão do trabalho e da produção resultou num salto de produtividade nas indústrias, tornando-se referência para os demais setores da época. Para Harvey (1992), Ford, ao reorganizar seu sistema de produção, se inspirou nos trabalhos de F. W. Taylor, criador da Administração Científica, abordagem voltada para a organização científica do trabalho como forma de alcançar a produtividade. De acordo com Castells (1999:212), "a produtividade era atingida por meio de economia de escala, realizada através de um processo mecanizado sob uma linha de montagem, associada na integração vertical e na divisão social e técnica do trabalho". O objetivo desse modelo era produzir em grande escala os produtos para o consumo de massa, com baixos custos de produção.

Entretanto, esse modelo econômico era adequado aos setores com alta taxa de crescimento, com capacidade de produzir em larga escala e com grande investimento em tecnologia de produção em massa. Por essa razão, outros setores da economia, menos dinâmicos, ficaram fora do acelerado crescimento provocado pelo uso do modelo fordista. Assim, os trabalhadores dos setores que não ofertavam condições de prosperidade passaram a se sentir excluídos das oportunidades do mercado de trabalho. Surge ainda nesta época, o

trabalho feminino, que por sua vez era mal visto, desvalorizado, sem direitos e com remuneração inferior ao trabalho masculino.

Dessa forma, surgem movimentos grevistas formados por estudantes, trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, mulheres e trabalhadores inconformados com o modelo de produção em massa. Para Harvey (1992:133), “as correntes de oposição começaram a se fundir, formando um forte movimento político-cultural, no próprio momento em que o fordismo como sistema econômico parecia estar no apogeu”. O movimento grevista resultou no aumento do preço da força de trabalho e da retração do consumo dos produtos de massa. Houve, portanto, uma queda na lucratividade das empresas, levando o sistema a uma crise (1960) e a uma busca pela racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho.

Diante desse cenário, surge na década de 1970, no âmbito da fábrica de automóveis da Toyota, no Japão, um novo modelo econômico denominado modelo flexível de produção ou Toyotismo. Neste, nas palavras de Antunes (2008) novos processos de trabalho emergem, o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilidade da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Segundo Sennet (2006), como forma de reproduzir o capital, as empresas utilizam da especialização flexível para pôr, cada vez mais rápido, uma variedade de produtos no mercado. Para isso, utiliza-se de elementos como: flexibilidade da produção através de investimentos em capital fixo (equipamentos que alteram o ritmo e o tipo de produto rapidamente), de tempo (ajuste do trabalho à demanda produtiva, por meio da compensação ou banco de horas), da redução do número de trabalhadores (terceirização e contratos de trabalho temporários), em requisitos funcionais (polivalência do trabalhador) e da remuneração (benefícios variáveis, não incorporáveis a salários).

De acordo com Castells (1999), a exemplo do sistema Toyota, as empresas passam a adotar novos modelos de gestão organizacional, tais como fornecimento *just-in-time*, controle de qualidade total, gestão participativa, terceirização, etc. Esses novos métodos de gerenciamento fizeram com que as empresas tivessem um salto em produtividade e competitividade.

No Brasil, o processo de reestruturação tem início a partir da década de 1990. As empresas brasileiras, pressionadas pela abertura comercial e pelo acirramento da competição com empresas estrangeiras, partiram em direção à reestruturação produtiva para sobreviverem ao novo ambiente de competição global. Para tanto, adotaram uma série de inovações tecnológicas e organizacionais, tendo como medidas os investimentos em tecnologias fixas,

redução de número de funcionários, técnicas de *just-in-time*, programas de qualidade total e terceirização. O resultado dessas mudanças foi o aumento de produtividade, a redução do nível de emprego industrial, a expansão de pequenas empresas de serviços e de apoio à produção, e de um aumento significativo de trabalhadores nas atividades de serviços e de produção (MELO et al, 1998).

Para Harvey (1992), uma das mudanças mais impactantes proporcionadas pela acumulação flexível refere-se às relações de terceirização entre empresas, na qual empresas de maior porte estabelecem contratos com empresas menores, com pouco recurso financeiro e produtivo, permitindo as empresas contratantes estipularem suas condições salariais, a forma de qualificação dos trabalhadores e os requisitos de contratação. A terceirização no âmbito do modelo flexível de produção permite flexibilizar a gestão, as condições do trabalho e o número de trabalhadores.

Neste sentido, a terceirização permite à organização maior flexibilização do trabalho, caracterizada por contratos de trabalho de tempo determinado, por tempo parcial e por tarefa, muitas vezes sem cobertura legal e sob a responsabilidade de terceiros.

O setor de confecções no Brasil

Um dos estudos clássicos sobre o trabalho na indústria de confecção se refere ao estudo realizado por Abreu (1986) no Rio de Janeiro, denominado *O avesso da moda, trabalho à domicílio na indústria de confecção*. O estudo de Abreu (1986) retrata o surgimento da indústria têxtil-vestuário no contexto da Revolução Industrial na Inglaterra, destacando a capilaridade do setor a nível global e sua importância na geração de postos de trabalho.

Abreu (1986) destaca as características gerais da indústria de confecções em países industrializados avançados.

Primeira, o reduzido impacto de inovações técnicas no setor como um todo. Os avanços tecnológicos restringem-se às grandes empresas, e abrangem as áreas de modelagem e corte de costura; sistemas computadorizados de raio *laser* para cortar tecidos; máquinas de costura programada por computadores².

Segunda, a existência de uma estrutura industrial altamente heterogênea. Abreu (1986) argumenta que a indústria de confecções busca fugir da heterogeneidade da moda ao

² Estas máquinas dispensam operadoras, mas sua utilização é restrita a grandes empresas, que produzem em larga escala e com capacidade de investir em bens duráveis mais sofisticados (ABREU, 1986).

se concentrar nas áreas onde os produtos são mais padronizados, os quais podem ser elaborados com maior homogeneidade em diferentes estações do ano, e com ampla cobertura de mercados de grande extensão, a exemplo de roupas íntimas e jeans.

Terceira, a alta divisibilidade do processo de produção. A divisibilidade pode ser de âmbito global como na forma de organizar o trabalho. Segundo a autora, as tarefas de criação e preparação (corte e modelagem) além de atribuir maior qualidade ao produto final, podem ser realizadas separadas do processo de costura (ABREU, 1986).

Quarta, a importância da comercialização, ou *marketing*. Por ser um setor altamente influenciado pela moda determinados produtos têm um ciclo de vida muito curto no mercado, neste sentido, o sucesso das empresas do setor são altamente dependentes de ações e estratégias de *marketing* (ABREU, 1986).

Estudos de Sorj e Lavinas (2000) citam uma pesquisa realizada por Tate (1996) em seis países da União Europeia, o qual descreve as seguintes características do trabalho na indústria de confecções. Primeira, heterogeneidade de padrões de produção e emprego. Predominância no trabalho a domicílio, tanto na forma artesanal autônomo como de trabalho assalariado registrado ou não. Segunda, trabalho a domicílio como parte de uma cadeia produtiva internacional. O processo de internacionalização das empresas visa tirar proveito de maiores competências ou de menores níveis de remuneração.

O complexo têxtil no Brasil foi reestruturado após o processo de abertura comercial na década de 1990³. O resultado deste processo foi a adoção de estratégias de redução da produção, redefinição de linhas de produtos e terceirização para reduzir custos.

Segundo Sorj e Lavinas (2000, p. 220) a reestruturação na indústria de confecções trouxe maior flexibilidade ao processo produtivo, a qual assume diferentes modalidades⁴ de terceirização, a exemplo da subcontratação de trabalho a domicílio.

³ A reestruturação no Brasil teve como ponto de partida a abertura comercial e a competição globalizada. Assim, a reestruturação foi impulsionada pela invasão de importados e baixo índice de crescimento econômico da indústria local na década.

⁴ Faria (1994) alega que a terceirização no contexto da reestruturação produtiva remete a vários arranjos de organização da produção e do trabalho, tais como - atividades de apoio: produção ou serviços especializados passam a ser executados por empresas ou cooperativas de trabalhadores nas dependências da empresa contratante; atividades de serviço ou produção: são transferidas a empresas ou cooperativas subcontratadas que executam as atividades em suas próprias instalações; *Global sourcing*: situação onde a busca de fornecedores de produtos ou serviços se dá em outros países, preferencialmente periféricos; subcontratação de trabalho em domicílio: a produção/serviço passa a ser executada no espaço de moradia do trabalhador.

Corroborando com a afirmativa de Amorim (2003), Leite (2004) argumenta que a terceirização/subcontratação tem sido utilizada no setor de confecções para rebaixar custos, ao terceirizar para firmas pequenas, o custo de produção diminui muito, porque elas podem trabalhar com carga tributária muito menor como microempresas ou cooperativas, ou ainda simplesmente por não registrarem seus funcionários.

De acordo com Leite (2004) o processo de terceirização/subcontratação é caracterizado como mal pago, desqualificado, com altas taxas de doenças profissionais e com predominância na divisão de gênero, com enorme concentração de mulheres na categoria. A autora destaca também, que as condições de trabalho nas fábricas são precárias, os salários são baixos, alta rotatividade, jornada de trabalho alta, treinamentos escassos, benefícios pouco significativos, má iluminação, pouco espaço, dentre outros. Já a organização da produção, a autora descreve as inovações como pouco significativas, baseada na divisão de trabalho e na organização da produção em linhas.

No que tange a configuração da cadeia têxtil, Amorim (2003) a descreve da seguinte forma: produção de matéria-prima; fiação; tecelagem e malharia; acabamento e beneficiamento; confecções. a autora pontua ainda, que a indústria de confecções brasileira estruturou sua produção no trabalho domiciliar, nas oficinas de costura (facções) e nas fábricas (confecções).

A figura 1 a seguir mostra a configuração da cadeia de confecções

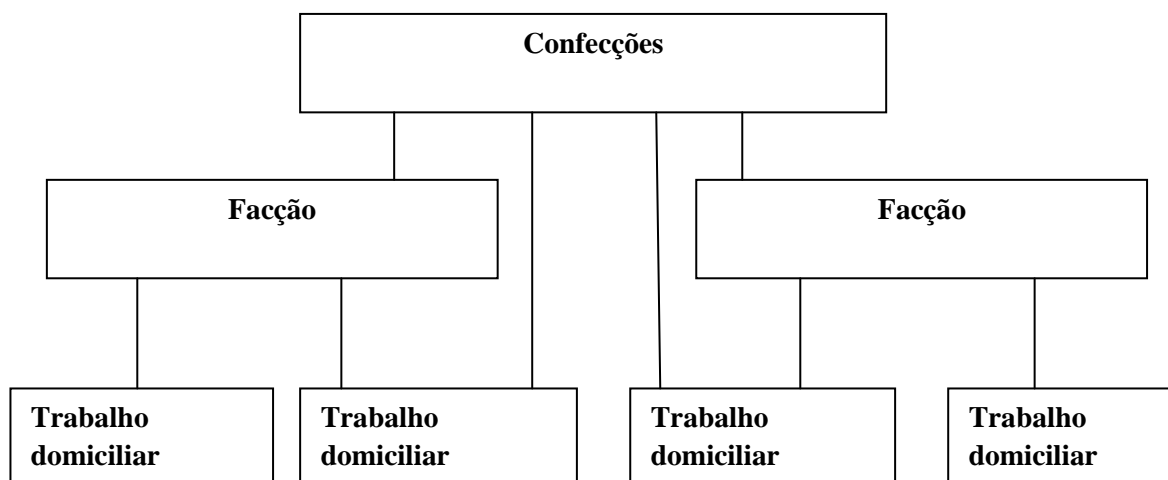


Figura 1 – Configuração da cadeia de confecções

Fonte: Adaptado com base em Abreu (1986); Nunes (2006); Castro (2004)

Quanto à configuração do processo produtivo no setor de confecções, este abrange: idealização (criação, *design*), preparação (modelagem, gradeamento, corte), montagem (costura, *overloque*), acabamento (caseamento, botões, limpeza, passadoria) (ABREU, 1986; NUNES, 2006, CASTRO, 2004).

A configuração do processo produtivo de confecções pode ser visualizada na figura 2 abaixo.

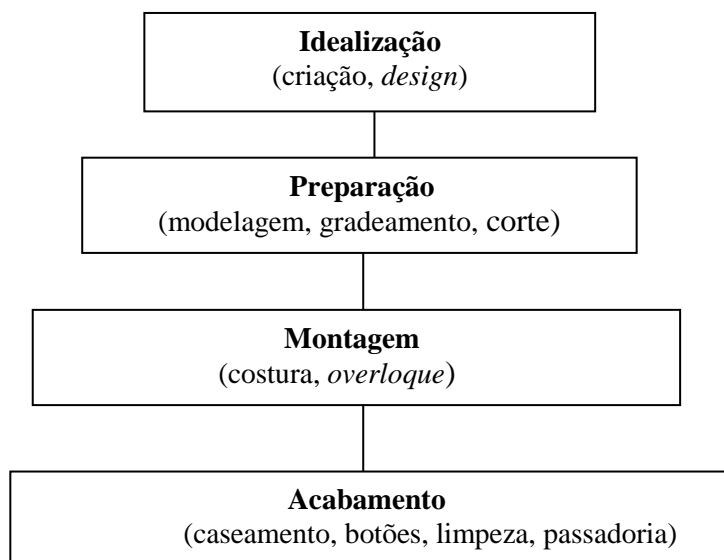


Figura 2 – Configuração do processo produtivo de confecções
Fonte: Adaptado com base em Abreu (1986); Nunes (2006); Castro (2004)

No que se refere à qualificação e remuneração, as primeiras etapas (idealização e preparação), utilizam mão de obra qualificada e melhor remunerada; já a etapa de costura constitui a ponta precária da cadeia e onde predominam os baixos salários, a ausência de direitos trabalhistas, os prejuízos à saúde e as longas e exaustivas jornadas de trabalho (ABREU, 1986, NUNES, 2006).

Já a inovação, organização da produção e do trabalho, a indústria têxtil⁵ incorpora mais inovações e técnicas gerenciais, enquanto que o segmento de confecções ainda prevalece o uso quase que exclusivo da máquina de costura, ainda que esta tenha agregado algumas inovações na atividade produtiva (AMORIM, 2003, LEITE, 2004). Dessa forma, Amorim (2003), Leite (2004), Nunes (2006) argumentam que houve pequenos incrementos de tecnologias nas fases anteriores à costura, os quais abrangem o *design*, modelagem e encaixe (tecnologias de CAD) e corte (equipamentos de controle numérico), prevalecendo a defasagem tecnológica na fase de costura.

⁵ O setor têxtil constitui todos os elos da cadeia, com exceção do elo confecções.

A indústria de confecções em Goiânia-Goiás: panorama geral

A indústria de confecções desde os primórdios de seu desenvolvimento se constitui como um dos mais importantes setores da economia, principalmente nos países em desenvolvimento como o Brasil. De acordo com uma análise realizada nos dados da RAIS (2013) foi possível verificar um aumento no crescimento da indústria de confecções no Brasil. Dentre as regiões analisadas no período de 2010 a 2013, todas apresentaram crescimento, exceto a região Sudeste, que apresentou queda nos dois últimos anos. Na região Centro Oeste o crescimento tem sido contínuo, com variação relativa de 16,7% de 2010 a 2013.

Quanto ao número total de vínculos ativos e ocupação por sexo nas regiões brasileiras no ano de 2013, foi possível verificar os seguintes dados por região: Norte (7.886); Nordeste (177.296); Sul (303.018); Sudeste (482.819); Centro Oeste (46.410). Totalizando o número de vínculos formais no Brasil, são 1.017.429, destes, 36% são ocupados por trabalhadores do sexo masculino e 64% pelo feminino (RAIS, 2013), este resultado corrobora as pesquisas empíricas realizadas na indústria de confecções brasileira, afirmando que existe predominância de divisão sexual de gênero (LEITE, 2004, NUNES 2006).

De acordo com a RAIS (2013), no que se refere ao salário médio em reais no ano de 2013, este apresenta a seguinte composição para as regiões brasileiras: Norte (906,65); Nordeste (927,66); Sul (1.299,74); Sudeste (1.270,64); e Centro Oeste (981,99). A maior média salarial é a da região Sul, e a menor média salarial a região Norte.

É importante observar que a região Nordeste aparece na terceira posição em relação à quantidade de estabelecimentos e a primeira em relação a número de empregados, entretanto, assume a penúltima posição em média salarial, perdendo apenas para a região Norte. A tabela 1 abaixo mostra os dados da indústria de confecções no Brasil.

Tabela 1- Brasil: Indústria de confecções - Número de estabelecimentos por região (2010 - 2013)

Região	2010	2011	2012	2013
Norte	661	727	735	769
Nordeste	9.301	9.974	10.231	10.532
Sul	19.066	19.819	19.931	20.369
Sudeste	32.742	34.823	34.424	34.352
Centro Oeste	4.436	4.858	5.058	5.181
Total Brasil	66.206	69.661	70.379	71.203

Fonte: RAIS, 2013

Elaboração: Própria

Quanto à análise do Estado de Goiás, alguns estudos têm apontado que este tem tido crescimento na indústria de confecções e se firmado como Polo de moda no território nacional (CASTRO, 2004). Neste sentido, busca-se evidenciar um pouco do seu panorama geral.

De acordo com os dados da RAIS (2013), houve crescimento nos últimos quatro anos na indústria de confecções no Estado de Goiás, com exceção do ano de 2013. Entretanto, o crescimento foi pequeno, uma variação relativa de apenas 11,6%. A época que o Estado apresentou maior crescimento foi nos anos de 1995 a 2010, com uma quantidade de estabelecimento de 1.066 e 3.435 respectivamente, apresentando uma variação relativa de 322,3% no período (RAIS, 2010).

A tabela 2 abaixo mostra um comparativo da participação do Estado com a região Centro Oeste e nacionalmente.

Tabela 2 – Goiás: Indústria de confecções - Número de estabelecimentos e participação relativa (%) (2010 a 2013)

Estabelecimentos	2010	2011	2012	2013
Quantidade de estabelecimentos	3.435	3.785	3.916	3.037
Participação % no Brasil	5,2	5,4	5,6	4,3
Participação % no Centro-Oeste	77,4	77,9	77,4	58,6

Fonte: RAIS, 2013

Elaboração: Própria

Em 2013, Goiás teve participação de 58,6% no total de unidades industriais do vestuário na região Centro Oeste, ressaltando sua importante contribuição na economia regional. Somente na grande Goiânia são 2.049, ou seja, 67,4% do total das unidades no Estado, contribuindo para a expansão de empregos formais. Em 2013, a região centro Oeste contava com 46.410 empregos formais, a participação de Goiás neste total foi de 69%, já no Brasil, sua participação foi de 3,1%. A tabela 3 a seguir mostra estes dados.

Uma análise por gênero dos anos de 2010 a 2013 no Estado de Goiás demonstrou uma média de 33% para o masculino e 67% para o feminino, bem próxima da análise por gênero no Brasil no mesmo período, o qual apresentou a média de 36% para o masculino e 64% para o feminino (RAIS, 2013).

Tabela 3- Goiás: Indústria de confecções - Número de empregos formais (2010- 2013)

	2010	2011	2012	2013
Goiás	27.568	28.949	31.196	31.922
Centro Oeste	41.318	43.197	46.123	46.410
Total Brasil	1.036.949.	1.024.960	1.011.714	1.017.429

Fonte: RAIS, 2013

Elaboração: Própria

De acordo com a RAIS (2013), o salário mínimo médio na indústria de confecções em Goiás nos anos de 2012 e 2013 foram respectivamente, 963,34 e 1.022,94. A faixa etária com maior remuneração foi entre 40 a 64 anos (1.042,09) e a menor, até 17 anos (698,41).

No que tange a análise de Goiânia, foi possível descrever um pouco do seu perfil e da estrutura produtiva. A cidade de Goiânia está localizada a 240 km da capital do Brasil, Brasília, e abriga uma população de 1.302.001 mil habitantes (Censo 2010), sendo a população total do Estado de Goiás de 6.003.788 mil habitantes.

As primeiras indústrias de confecções de Goiânia surgiram por volta da década de 1960. À medida que as indústrias do setor iam surgindo, foram se concentrando em algumas regiões da cidade. As regiões que mais concentraram as confecções do comércio atacadista foram as imediações do setor Campinas, na Rua Alberto Miguel, outra em torno da Avenida Bernardo Sayão, no setor Fama, e na Avenida 85, no setor Marista e adjacências (CASTRO, 2004). Nos últimos anos, surgiu a região da Rua 44 no Setor Ferroviário, sendo rapidamente ocupada pelas empresas do setor de confecções, algumas oriundas das outras regiões citadas e outras de empresas iniciantes.

À medida que o segmento em Goiânia se desenvolvia e a atividade ganhava importância na economia local, novas indústrias foram surgindo, tanto na grande capital como nos municípios goianos. A indústria de confecções em Goiás concentra-se nos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Jaraguá, Trindade, Anápolis, Jataí, Rio Verde, Catalão, Senador Canedo, Inhumas, etc.

No que se refere à estrutura produtiva de Goiânia, foram encontradas 1.895 empresas formalizadas na indústria de confecções em Goiânia no ano de 2010, e 2.049 no ano de 2013, uma variação relativa de 8,1%. Já o número de vínculos, no ano de 2010 eram 12.545, em 2013, 11.800 variação relativa negativa de 6,3%, assim, mesmo tendo aumentado o número de estabelecimentos houve uma redução no número de vínculos ativos.

Tabela 4 – Goiânia: Número de estabelecimentos e de vínculos ativos na indústria de confecções (2010 - 2013)

Ano	N. Empreendimentos	N. Vínculos de empregos
2010	1.895	12.545
2011	1.972	9.123
2012	2.012	12.532
2013	2.049	11.800

Fonte: RAIS, 2013
Elaboração: Própria

Uma das principais características da indústria de confecções no Brasil é a presença significativa de mulheres no setor. Em Goiânia também foi evidenciado a presença majoritária das mulheres no setor de confecções, o sexo masculino corresponde a 24% do total no município, e o feminino, 76%, confirmando estudos realizados por Nunes (2006) e de pesquisas nacionais neste tipo de atividade.

Tabela 5 – Goiânia: Quantidade de vínculos ativos por sexo na indústria de confecções (2013)

Ano	Masculino	Feminino	Total
2013	9.765	31.931	41.695

Fonte: RAIS, 2013

Elaboração: Própria

Em relação à idade média das pessoas na indústria de confecções, os dados da RAIS (2013) indicam a predominância de uma mão de obra madura e outra jovem. Em primeiro lugar são 28% de pessoas entre a faixa etária de 30 a 39 anos, e em segundo, 27%, de jovens de faixa etária entre 18 a 24 anos. Entre a faixa etária de 30 a 39 anos, verifica-se que são 31% de homens e 69% de mulheres; entre a faixa etária de 18 a 24 anos são 47% de homens e 53% de mulheres, verifica-se, portanto, uma maior equivalência de sexo na mão de obra mais jovem.

Tabela 6 – Goiânia: Faixa etária dos ocupados na indústria de confecções (2013)

Faixa etária	Quantidade de ocupados
10 a 14 anos	1
15 a 17 anos	370
18 a 24 anos	5.299
25 a 29 anos	3.660
30 a 39 anos	5.598
40 a 49 anos	3.290
50 a 64 anos	1.592
65 anos a mais	64
Total	19.874

Fonte: RAIS, 2013

Elaboração: Própria

Quanto ao grau de instrução, as pesquisas no setor brasileiro mostram que em geral os trabalhadores possuem pouca escolaridade (LEITE, 2004). Quanto a Goiânia, em 2004 o grau de instrução era de “até o ensino fundamental completo” (52%) e “até ensino médio completo” (47%) (NUNES, 2006, p, 241).

Os dados apurados em 2013 indicam uma maior concentração de pessoas com escolaridade entre o nível médio completo e o superior incompleto, em torno de 65%, destes, 42% são mulheres e 22% são homens. Portanto, houve uma melhora na escolaridade dos trabalhadores do setor. Vale ressaltar que em todos os níveis apurados as mulheres possuem maior nível de escolaridade que os homens (RAIS, 2013).

Tabela 7 – Goiânia: Grau de instrução na indústria de confecções (2013)

Nível de instrução	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Sem instrução e Fundamental incompleto	107	190	297
Fundamental completo e Médio incompleto	2.080	3.766	5.846
Médio completo e Superior incompleto	4.001	7.923	11.924
Superior completo	130	230	360
Total			18.427

Fonte: RAIS, 2013

Elaboração: Própria

Quanto à remuneração na indústria de confecções em Goiânia, os dados da RAIS (2013) indicam que a faixa salarial média preponderante no setor é mais de um até um e meio salários mínimos. Em Goiânia as mulheres auferiram salários maiores que os homens em todas as faixas salariais, contrariando a teoria e as pesquisas brasileiras que normalmente destacam que as mulheres recebem salários menores que os homens. Uma explicação para a estatística de Goiânia poderia ser o fato das mulheres terem maior qualificação que os homens (tabela 7). Os dados do Censo (2010) reforçam a predominância da faixa salarial indicada, pois constata que o salário médio mensal dos trabalhadores da indústria de confecções goianas é mais de meio até um e meio salários mínimos.

Tabela 8 – Goiânia: Renda em salários mínimos na indústria de confecções (2013)

Renda em Salários Mínimos	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Até meio salário mínimo	14	27	41
Mais de meio até um salário mínimo	627	1.247	1.874
Mais de um até um e meio salários mínimos	4.294	9.198	13.492
Mais de um e meio até dois salários mínimos	953	1.309	2.262
Mais de dois até três salários mínimos	622	753	1.375
Mais de três até quatro salários mínimos	128	224	352
Mais e quatro até cinco salários mínimos	33	53	86
Mais de cinco até sete salários mínimos	28	64	92
Mais de sete salários mínimos	12	27	39

Fonte: RAIS, 2013

Elaboração: Própria

As estatísticas corroboram com o estudo realizado por Nunes em Goiânia no ano de 2006 no setor de confecções, em que alega que o setor goiano apresenta forte “concentração de micro e pequenas empresas, característica do setor no Brasil, bem como o pequeno número de empresas médias e a ausência de grandes estabelecimentos” (NUNES, 2006, p. 239). No que se refere ao porte das empresas de confecções, 53% delas têm de um a quatro funcionários, e são consideradas como microempresas (até 19 funcionários).

Tabela 9 – Goiânia: Tamanho dos estabelecimentos da indústria de confecções (2013)

Quantidade de funcionários	Total
Nenhum Funcionário	250
De 1 a 4 Funcionários	1.087
De 5 a 9 Funcionários	408
De 10 a 19 Funcionários	182
De 20 a 49 Funcionários	105
De 50 a 99 Funcionários	12
De 100 a 249 Funcionários	5
Total	2.049

Fonte: RAIS, 2013

Elaboração: Própria

Quanto à dinâmica urbana da indústria de confecções, a expressiva concentração geográfica de confecção na grande Goiânia atraiu para a região outros segmentos da cadeia, bem como de empresas de apoio a esta. Neste sentido, houve um aumento de empresas no setor de serviço e de comércio, o que contribuiu para o desenvolvimento das relações sociais e profissionais locais.

No que se refere ao ambiente institucional do setor de confecções em Goiânia, este comporta as seguintes instituições: Instituições de capacitação (Sebrae, Senai, Senac, Instituto Europeo de Design-IED, UFG, UNIVERSO); Instituições financeiras (Agência de Fomento de Goiás, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú, dentre outros); Entidades de Classe (Associação das Indústrias de Confecção de Goiânia-AGICON, Sindicato das Indústrias de Vestuário do Estado de Goiás-SINVEST, Associação Comercial e Industrial da Avenida Bernardo Sayão-ACIBS, Associação dos Lojistas da AV. 85, Associação dos Feirantes da Feira Especial da Rua 44, Condomínio Goiás Center Moda, Condomínio Companhia Moda Brasil-CMB); Órgãos Estaduais (Secretaria de Indústria e Comércio-SIC, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento-SEPLAN, Secretaria de Comércio Exterior-SECOMEX e Secretaria de Ciência e Tecnologia-SECTEC), dentre outros.

Conclusão

Através das informações obtidas na RAIS (2010, 2013) e no Censo (2010) foi possível atingir o objetivo deste trabalho: mostrar um panorama geral do perfil dos trabalhadores e da estrutura produtiva da indústria de confecções do município de Goiânia-GO. Os dados demonstraram que no ano de 2013 existiam 2.049 confecções instaladas em Goiânia, destas, 53% são consideradas microempresas; tem de um a quatro funcionários; possuem um total de 11.800 vínculos ativos. A idade das pessoas envolvidas na indústria de confecções goiana é de 30 a 39 anos, seguida de 18 a 24 anos; 76% são do sexo feminino e 24% do sexo masculino; 64% das pessoas do setor possuem ensino médio completo e superior incompleto, sendo as mulheres as mais escolarizadas; já a remuneração, está de mais de um até um e meio salários mínimos. O setor vive um momento de expectativa e busca avançar na posição de Polo de Moda do Brasil.

Referências

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O avesso da moda, trabalho à domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986. Cap 2. p. 87-124.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **No limite da precarização?** Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Unicamp, Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000316126&fd=y>. Acesso em 10 de jul. 2014. Rio de Janeiro, março de 1998

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** (Vol. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Sérgio Duarte. **O arranjo produtivo de confecções da região de Jaraguá-Go**. Relatório de Atividades da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. UFRJ. Instituto de Economia. Março, 2004. Disponível em: www.ie.ufrj.br/redesist. Acesso em 25 de set. 2013.

FARIA, Aparecido de. Terceirização – Um desafio para o movimento sindical. In: MARTINS, H. S.; Ramalho, J. R. **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: HUCITEC/CEDI-NETS, 1994, p.40-60.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEITE, Márcia. **Tecendo a precarização**: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções em São Paulo. SP: ANPOCS, 2004. (mimeo).

MELLO, H. Pereira et al. **Setor de serviços no Brasil**: uma visão global - 1985/95. Texto para discussão - UFF. Rio de Janeiro, março de 1998.

NUNES, Jordão Horta, CAMPOS, Andreia Ferreira. **Precarização, trabalho doméstico e trabalho domiciliar no setor de confecções em Goiânia**. ANPOCS, 2006. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/475/40. Acesso em 05 de jul. de 2014.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SORJ, Bila; LAVINAS, Lena. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: ABEP; NEPO/UNICAMP; CEDEPLAR/UFMG. 2000.